



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**REQUERIMENTO 872/2023**

**RELATÓRIO FINAL**

**Presidente: Vereadora Loíde Gonçalves (PODEMOS)**

**Relator: Marcos Crispim (PODEMOS)**

## COMPOSIÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Loíde Gonçalves - Presidente	Irlan Melo
Marcos Crispim – Relator	Wilsinho da Tabu
Sérgio Fernando de Pinho Tavares	Wanderley Porto
Fernando Luiz	Cláudio do Mundo Novo
Marcela Trópia	Fernanda Pereira Altoé
Wagner Ferreira	Miltinho CGE
Pedro Patrus	Bruno Pedralva

## **SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO**

**2. DOS TRABALHOS DESENVOLVIMENTOS NA CPI**

**3. VIGÊNCIA DA CPI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MESMO PERÍODO DO  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**4. CONCLUSÃO**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – ASSISTÊNCIA SOCIAL

REQUERIMENTO 872/2023

RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA CPI - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 1. INTRODUÇÃO

Trata o presente relatório da consolidação dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo requerimento 872/2023, datado de 23/06/2023, e assinado por 15 (quinze) Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Inicialmente, a título de melhor esclarecimento sobre a definição da nomenclatura da CPI, apresento a tramitação do requerimento na Câmara Municipal, foi protocolado na Diretoria do Processo Legislativo da Câmara Municipal na data 23/06/2023, sendo que a designação dos membros desta Comissão ocorreu no dia 07/07/2023. Após o recebimento do referido Requerimento a DIRLEG deu a nomenclatura de CPI - Conselheiros Tutelares. A maioria dos membros nomeados para a CPI, ao identificarem a nomenclatura inadequada ao objeto proposto de investigação de atos na gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e não os Conselheiros Tutelares, viram por bem alterar a nomenclatura da CPI para CPI da Assistência Social, com a finalidade de evitar interpretações dúbias quanto ao objeto da Comissão. O fundamento legal para a constituição da CPI encontra-se positivado na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 58, §3º, que faz previsão da condução de trabalho investigativo pelo Poder Legislativo de forma atípica, veja-se:

**Art. 58 - (...)**

**§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante**

**requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.**

A Lei 1.579 de 18 de março de 1952 baliza a atuação do Poder Legislativo nessa tarefa atípica, resguardando os poderes dos parlamentares de maneira a garantir a autonomia no procedimento investigativo, bem como para fornecer-lhes meios de obter os documentos e elementos de prova necessários para apuração dos fatos investigados.

A instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito pelos municípios já teve a legitimidade reconhecida pelos Tribunais, tendo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte previsto sua instalação em seu art. 82, §3º:

**Art. 82 - (...)**

**§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.**

As disposições sobre as regras e limites de atuação da Comissão na Câmara Municipal de Belo Horizonte é regulamentada pelo Regimento Interno desta Casa, nos arts. 47, §6º, §7º, §9º, 54, II, 55, 57 a 59 e demais, ressalvada a subsidiariedade da aplicação da Lei e das normas de âmbito federal nos casos omissos. O presente relatório é a conclusão dos trabalhos de investigação realizados durante 160 (cento e sessenta) dias, pelos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, e será apreciado e votado para posterior encaminhamento de suas conclusões sobre a adoção de medidas necessárias em relação aos eventuais indícios de abuso de poder e seus desdobramentos às autoridades competentes.



## **2. DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA CPI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ao longo da funcionalidade desta CPI foram desenvolvidos vários trabalhos com o intuito de apurar as denúncias apresentadas, de forma a se alcançar efetividade.

Esta Comissão realizou 5 ( cinco) reuniões, tendo nas pautas requerimentos protocolados pelos membros desta CPI, de pedidos de informações, convites e oitivas de autoridades.

Além disso, o relator designado para esta CPI, apresentou o plano de trabalho, que é um instrumento que orienta os membros constituídos da CPI, sobre as ações e caminhos traçados para as investigações sobre malversação de recursos públicos por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Assim, os materiais resultantes destas reuniões, foram importantes para esta Comissão, uma vez que surgiram fatos novos que deverão ser apurados pelos parlamentares, tendo em vista trata-se de questões extremamente relevantes para o bom funcionamento dos Conselhos Tutelares, qualidade na prestação de serviço dos conselheiros e condições físicas adequadas.

## **3. VIGÊNCIA DA CPI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MESMO PERÍODO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

A Comissão foi criada em junho de 2023, mesmo ano que ocorreu o processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares.

Assim, os membros desta CPI, preocupados também com a segurança, lisura e agilidade do processo de eleição dos conselheiros, fizeram alguns pedidos à Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, Sra. Rosilene Rocha, de forma a se promover a efetividade e transparência no processo.

Na ocasião foram solicitados os seguintes pedidos, sendo parcialmente acatados pela titular da pasta da SMASAC:

- **Solicitação para à Justiça Eleitoral disponibilizar as suas urnas eletrônicas e o sistema de votação;**
- **Disponibilização do sistema da Secretaria Municipal de Saúde e de servidores da saúde nos locais de votação, para fins de consulta de endereço dos votantes.**

#### **4. CONCLUSÃO**

Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social, instituída pelo Requerimento 872/2023, que seja deliberado por seus membros o encerramento dos trabalhos da comissão a partir da presente data.

Considerando que os objetos que instituíram esta Comissão mostraram que são materiais de competência de uma Comissão Especial de Estudo, e não de uma CPI.

Dessa forma, foi apresentada a esta câmara requerimento para que seja constituída comissão especial para promover estudos relativos à melhoria dos processos de escolha para o Conselho Tutelar em Belo Horizonte e da estrutura de trabalho destes Conselhos.

A instituição desta comissão de estudos pretende, para além de dar continuidade aos trabalhos da presente CPI, apurar o processo de escolha de conselheiros tutelares em Belo Horizonte, a responsabilização de eventuais omissões e maneiras de garantir que tamanhas falhas não se repitam.

Importante ressaltar que todos os documentos, oitivas e eventuais fatos apurados nesta comissão Parlamentar de Inquérito serão aproveitados pela comissão de Estudos, de forma que não aja prejuízo nas apurações e omissão desta Casa frente seu trabalho de fiscalização.

**Espera-se, portanto, que por meio do trabalho assertivo da Comissão de Estudos se possa contribuir para uma melhoria da estrutura oferecida pelo poder público aos Conselhos Tutelares, garantindo efetiva execução das políticas de defesa das crianças e dos adolescentes, garantidas pelo ECA.**

Belo Horizonte/MG, 09 de outubro de 2023.

MARCOS ANTONIO  
CRISPIM:02749830605

Assinado de forma digital por  
MARCOS ANTONIO  
CRISPIM:02749830605  
Dados: 2023.10.09 17:46:05 -03'00'

---

**Vereador Marcos Crispim**

**Relator da CPI da Assistência Social**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social, que aprecie o Relatório Final, em anexo.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:0274  
9830605

Assinado de forma  
digital por MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:02749830605  
Dados: 2023.10.09  
18:06:41 -03'00'

Vereador Marcos Crispim

**Relator da CPI da Assistência Social**

**À Exma. Sra.  
Vereadora Loíde Gonçalves  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 09/10/23  
HORA. 18:12

*[Handwritten signature]*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **RESPOSTAS EM PAUTA**

### **8ª REUNIÃO**

### **CPI – Assistência social**

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.